

AMÁLGAMA CRÍTICO ENTRE MARXISMO FEMINISTA E TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL¹

Angélica Ferreira de Freitas²
Helga Maria Martins de Paula³

Resumo

O artigo analisa criticamente a condição das mulheres com deficiência no Brasil a partir das contribuições do marxismo feminista articuladas à Teoria da Reprodução Social (TRS). O objeto da pesquisa consiste em compreender como capitalismo, patriarcado e capacitismo se entrelaçam na produção de desigualdades estruturais que afetam, de modo específico, a realidade do binômio gênero e deficiência. Parte-se da compreensão de que a consolidação histórica do capitalismo no Brasil ocorreu sob condições profundamente desiguais para as mulheres, marcadas tanto pela desvalorização de suas capacidades quanto pela marginalização nas esferas centrais da produção, o que, atrelado à deficiência, faz com que esses corpos sejam ainda mais violentados. Nesses moldes, o objetivo do trabalho é demonstrar que essas desigualdades, quando atravessadas pela deficiência, resultam em formas agravadas de exclusão. Somando-se às análises desenvolvidas pela TRS, sustenta-se que, embora o capitalismo concentre seu controle na esfera produtiva, ele depende estruturalmente do trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente por mulheres, cujo tempo e esforço são condicionados pelas exigências da produção, ainda que não totalmente controlados por ela. Metodologicamente, o artigo se debruça sobre uma abordagem teórico-crítica da realidade em tela, amparada por uma rigorosa revisão bibliográfica, dialogando com os campos a que se propõe. Conclui-se que, para compreender a posição estrutural das mulheres com deficiência, é necessário entender a realidade brasileira a partir das heranças históricas patriarcais, evidenciando de que forma o capitalismo oprime ainda mais suas vivências diante de seus direitos e da necessidade urgente de encontrar modos de emancipação coletiva a partir das contribuições marxistas generificadas, pois, se o caminho possível existe, ele se inicia na crítica.

Palavras-chave: Marxismo feminista; Teoria da reprodução social; Mulheres com deficiência; Capitalismo.

The critical amalgam between Feminist Marxism and Social Reproduction Theory: reflections on the condition of women with disabilities in Brazil

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001*.

² Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Jataí (PPGD-UFJ), bolsista CAPES. Professora de Direito Penal da UNA Jataí. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2846-4870>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1100724304352004>. Pesquisa temas relacionados a gênero, educação, deficiência e reprodução de desigualdades sociais. Membro do Comitê de Mulheres da UFJ e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Formação Social Brasileira (NEPMarx). E-mail: angelicaferreirafreitasufj@gmail.com.

³ Doutora em Direito. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Direito e do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Jataí (PPGD-UFJ), bem como do Programa de Pós-graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (PPGD-UFG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1918-7111>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7617126066026167>. Desenvolve pesquisas sobre gênero, classe, raça, educação e reprodução de desigualdades sociais. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Formação Social Brasileira (NEPMarx). E-mail: helgamartinsdepaula@ufj.edu.br.

Abstract

The article critically analyzes the condition of women with disabilities in Brazil based on the contributions of feminist marxism articulated with Social Reproduction Theory (SRT). The object of the research is to understand how capitalism, patriarchy, and ableism intertwine in the production of structural inequalities that specifically affect the reality of the gender-disability binomial. It is grounded in the understanding that the historical consolidation of capitalism in Brazil occurred under profoundly unequal conditions for women, marked both by the devaluation of their capacities and by their marginalization in the central spheres of production, which, when combined with disability, results in these bodies being even more violently oppressed. In this sense, the objective of the study is to demonstrate that these inequalities, when intersected with disability, result in aggravated forms of exclusion. Adding to the analyses developed by SRT, it is argued that although capitalism concentrates its control on the productive sphere, it structurally depends on reproductive labor, carried out predominantly by women, whose time and effort are conditioned by the demands of production, even if not fully controlled by it. Methodologically, the article adopts a theoretical-critical approach to the reality under examination, supported by a rigorous bibliographic review and engaging in dialogue with the fields it addresses. It is concluded that, in order to understand the structural position of women with disabilities, it is necessary to comprehend Brazilian reality from the perspective of patriarchal historical legacies, highlighting how capitalism further oppresses their lived experiences in relation to their rights and the urgent need to find modes of collective emancipation based on gendered Marxist contributions, since, if a possible path exists, it begins with critique.

Keywords: Feminist marxism; Social reproduction theory; Women with disabilities; Capitalism; Ableism.

El amalgama crítico entre el Marxismo Feminista y la Teoría de la Reproducción Social: reflexiones sobre la condición de las mujeres con discapacidad en Brasil

Resumen

El artículo analiza críticamente la condición de las mujeres con discapacidad en Brasil a partir de las contribuciones del marxismo feminista articuladas con la Teoría de la Reproducción Social (TRS). El objeto de la investigación consiste en comprender cómo el capitalismo, el patriarcado y el capacitismo se entrelazan en la producción de desigualdades estructurales que afectan de manera específica la realidad del binomio género y discapacidad. Se parte de la comprensión de que la consolidación histórica del capitalismo en Brasil ocurrió bajo condiciones profundamente desiguales para las mujeres, marcadas tanto por la desvalorización de sus capacidades como por la marginación en las esferas centrales de la producción, lo que, articulado con la discapacidad, hace que estos cuerpos sean aún más violentados. En estos términos, el objetivo del trabajo es demostrar que estas desigualdades, cuando están atravesadas por la discapacidad, resultan en formas agravadas de exclusión. Sumándose a los análisis desarrollados por la TRS, se sostiene que, aunque el capitalismo concentre su control en la esfera productiva, depende estructuralmente del trabajo reproductivo, realizado

majoritariamente por mujeres, cuyo tiempo y esfuerzo están condicionados por las exigencias de la producción, aunque no totalmente controlados por ella. Metodológicamente, el artículo se basa en un enfoque teórico-crítico de la realidad en cuestión, sustentado en una rigurosa revisión bibliográfica, dialogando con los campos a los que se propone. Se concluye que, para comprender la posición estructural de las mujeres con discapacidad, es necesario entender la realidad brasileña a partir de las herencias históricas patriarcales, evidenciando de qué manera el capitalismo oprime aún más sus vivencias frente a sus derechos y la necesidad urgente de encontrar modos de emancipación colectiva a partir de las contribuciones marxistas generificadas, pues, si existe un camino posible, este se inicia en la crítica.

Palabras clave: Marxismo feminista; Teoría de la reproducción social; Mujeres con discapacidad; Capitalismo; Capacitismo.

Introdução

Todas as discussões de gênero iniciam-se com o debate histórico do papel social das mulheres e dos homens ao longo da história. De forma que se sabe bem que as atribuições socialmente destinadas às mulheres foram, enraizadamente, vinculadas ao cuidado, à reprodução da vida e à esfera doméstica, sendo tão naturalizadas que facilmente se escuta que são expressões de uma suposta “natureza feminina” (Scott, 1995).

Contudo, nunca é demais evidenciar que esse processo não aconteceu de forma inocente, essa produção histórica não é homogênea nem neutra. Ela cumpre uma função ideológica no tempo que é central a esse debate: ocultar as determinações históricas, materiais e sociais que produzem tais papéis, fazendo-os parecer inerentes ao sexo e não resultado de relações estruturais de poder e de trocas essencialmente valoradas pelos espaços estratégicos a serem ocupados.

De forma que o próprio ideário dessa dita natureza feminina ou masculina se revela insustentável quando se reconhece que a organização social condiciona não apenas os papéis sociais, mas também as formas de existência, as experiências de seus corpos e, novamente, os modos de viver e reproduzir a vida. Diferentemente de outros animais, os seres humanos produzem história, e essa história é socialmente transmitida entre gerações, constituindo um acúmulo de experiências, saberes e práticas que moldam as relações sociais, nem sempre da forma como realmente deveriam.

Assim, no tocante às classes sociais, a história assume significados distintos conforme os interesses das classes dominantes ou subalternas. Sob a perspectiva das relações de gênero, ainda que as mulheres participem ativamente da

construção histórica, sua atuação tem sido sistematicamente invisibilizada (Saffioti, 2013). A narrativa histórica oficial pouco registra as ações femininas no processo social, fenômeno que não se restringe às mulheres, mas também atinge outros grupos historicamente discriminados, como pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e, de modo particularmente intenso, pessoas com deficiência.

Por conseguinte, a exclusão dessas experiências da história dominante impulsiona movimentos sociais e produções críticas voltadas ao resgate de memórias silenciadas, fundamentais para a compreensão das estruturas sociais contemporâneas, as quais, sem criticidade, sofreriam com a falta de memória ou com memórias enviesadas que continuam a anulá-las nos processos constitutivos.

No interior dessas estruturas, o sistema produtivo de bens e serviços constitui o núcleo organizador de cada formação social, definindo seu tipo estrutural. A partir de uma leitura marxista, pode-se compreender os modos de produção como configurações históricas concretas do processo contraditório de produção social (Bhattacharya, 2023). Sob esses termos, as possibilidades de inserção das mulheres na sociedade variam de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas.

Em sociedades pré-capitalistas, embora subordinadas jurídica, social e politicamente, as mulheres participavam do sistema produtivo, exercendo funções economicamente relevantes, ainda que consideradas secundárias no âmbito familiar. Foi só com o capitalismo se consolidando, com o desejo tacanho de elevar a produtividade do trabalho, que se estruturou um cenário propício à exclusão progressiva das mulheres das esferas centrais da produção, deslocando-as para atividades reprodutivas, não remuneradas ou desvalorizadas (Saffioti, 1987).

Entretanto, é nesse ponto que a Teoria da Reprodução Social (TRS) contribui de forma decisiva para a atualização crítica do marxismo. O capitalismo passa, então, a organizar-se em uma unidade contraditória entre produção e reprodução: embora concentre sua lógica no trabalho assalariado, ele depende estruturalmente de atividades cotidianas como alimentar, cuidar, habitar e reproduzir a vida. Essas práticas, realizadas em grande medida fora da esfera produtiva formal, são condicionadas pelas exigências do capital, ainda que não possam ser totalmente controladas por ele (Bhattacharya, 2020).

Tal contradição revela uma fragilidade estrutural do sistema, ao mesmo tempo em que evidencia a centralidade do trabalho reprodutivo para a manutenção da sociabilidade capitalista. A

análise dessa relação exige considerar o corpo em seus atos mais elementares, sempre situado em relações sociais historicamente determinadas, nas quais as dimensões física e social se produzem mutuamente por meio de suas flexões e inflexões.

Quando essa análise é atravessada pela deficiência, emerge um problema central: as mulheres com deficiência ocupam uma posição profundamente contraditória no capitalismo contemporâneo. Dependendo do grau e do tipo de deficiência, muitas são consideradas improdutivas para o trabalho assalariado e, simultaneamente, afastadas das expectativas normativas da reprodução social, como a maternidade e o cuidado doméstico. Essa dupla exclusão empurra essas mulheres para as margens da vida social, intensificando sua vulnerabilidade diante dos arranjos capitalistas dessa forma de sociabilidade.

Segundo dados do Atlas da Violência (2025), no Brasil, as mulheres representam a maioria das Pessoas com Deficiência (PcDs), correspondendo a 62% desse grupo. Os dados apontam para um quadro alarmante de maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência à violência, especialmente entre aquelas com deficiência intelectual, que concentram os índices mais elevados. Observa-se, ainda, uma desigualdade significativa entre os sexos, uma vez que as mulheres aparecem de forma recorrente como as principais vítimas em todas as categorias analisadas, evidenciando a sobreposição de múltiplos fatores de risco.

Esse panorama reforça a necessidade imediata de medidas que vão além do enfrentamento direto da violência, contemplando também a construção de contextos mais seguros, inclusivos e acessíveis, sensíveis às especificidades de cada grupo social, caminhando para uma real emancipação.

Partindo desse amálgama, o presente escrito busca compreender de que modo o marxismo feminista brasileiro, articulado à Teoria da Reprodução Social (TRS), contribui para a análise da condição estrutural das mulheres com deficiência no capitalismo brasileiro contemporâneo. Para tanto, investiga-se como capitalismo, patriarcado e capacitismo operam de forma integrada na produção de processos de exclusão e violência que incidem sobre essas mulheres, retomando as contribuições do marxismo feminista brasileiro, especialmente a partir da obra de Heleieth Saffioti, em diálogo com a Teoria da Reprodução Social e com os estudos críticos da deficiência. Busca-se, assim, evidenciar como a deficiência intensifica desigualdades historicamente constituídas nas relações de gênero, classe e raça, produzindo formas específicas de vulnerabilização social.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma revisão sistemática da literatura acerca do estado da arte dos campos teóricos com os quais dialoga, orientada por uma perspectiva teórico-crítica. Para tanto, realiza-se o levantamento, a seleção e a análise de obras centrais do marxismo feminista, da Teoria da Reprodução Social e dos estudos críticos da deficiência, articulados a dados institucionais e relatórios oficiais sobre violência.

Por fim, argumenta-se que a articulação entre esses campos oferece instrumentos analíticos privilegiados para compreender a posição estrutural das mulheres com deficiência, ao evidenciar a forma pela qual as dinâmicas de exploração, dominação e opressão se articulam na reprodução das desigualdades contemporâneas. Outrossim, o artigo procura contribuir para o aprofundamento dos debates críticos sobre gênero, deficiência e reprodução social na realidade histórica brasileira.

Revisitando as raízes do marxismo feminista no Brasil: classe, raça, gênero e deficiência desnudando a marginalização das mulheres na reprodução social

A formação social brasileira consolidou-se a partir da incorporação dos imperativos do capitalismo comercial no processo colonizador, estruturando uma economia voltada prioritariamente à exportação e à acumulação externa. A miúdos dessas entrelinhas, a grande lavoura organizou-se segundo uma racionalidade econômica orientada à maximização dos lucros, expressamente clara na escolha de produtos com elevado valor comercial, na concentração fundiária e na exploração do trabalho escravizado e, posteriormente, do trabalho livre sob condições profundamente desiguais (Fernandes, 2020, p. 22).

Essa dinâmica assegurou baixos custos de produção e elevada concentração de renda, convertendo o Brasil em um dos países com os mais altos níveis de desigualdade social no mundo. Essa forma de inserção dependente limitou a internalização dos efeitos dinamizadores do capitalismo comercial, neutralizando seu potencial de transformação da economia interna e reforçando uma estrutura social rigidamente hierarquizada.

Atualmente, o Brasil destaca-se por concentrar o maior contingente de milionários da América Latina e, simultaneamente, figurar entre as nações mais desiguais do planeta, conforme indica relatório divulgado pelo banco suíço

UBS em 2025 (Brasil de Fato, 2025), o que em nada contraria suas raízes de formação, um adeus claro ao feudalismo europeu (que os estudiosos do capitalismo dependente afirmam que o Brasil não vivenciou; afinal, o Brasil já nasceu capitalista):

(...) o processo da colonização brasileira constitui, não uma tentativa de implantação de um sistema econômico feudal, mas o estabelecimento de uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu. A empresa do açúcar em terras brasileiras constituiu, pois, uma extraordinária força vitalizadora dos sistemas econômicos flamengo e português. Obviamente, quando se inicia a colonização do Brasil, a estrutura feudal dos países europeus, que se dedicavam ao comércio externo, apresentava já grau avançado de desintegração, pois «o comércio se opõe radicalmente ao rigoroso sistema feudal e às formas rígidas da hierarquia feudal» (Saffioti, 2013).

Por conseguinte, mesmo dentro desse desenho histórico, o Brasil ainda carrega as marcas de sua formação histórica de dependência, que não apenas conformou as relações de classe, como também produziu efeitos duradouros sobre a organização da reprodução social, aprofundando desigualdades de gênero e o papel que as mulheres ocupam nessa relação. Inegavelmente, a exclusão das mulheres dos espaços centrais do poder político deve ser compreendida como elemento constitutivo dessa ordem social e econômica.

Segundo Prado Jr. (2011), a inserção da população negra na formação social brasileira ocorreu de maneira relativamente uniforme, marcada pela escravidão irrestrita imposta desde o início de sua presença no país. Diferentemente do que ocorreu com a população indígena, cuja condição foi alvo de disputas e questionamentos, a escravização dos africanos jamais foi efetivamente contestada, de modo que sua incorporação à sociedade colonial se deu exclusivamente sob essa condição.

Outrossim, em seus termos racistas e sexistas, a reprodução da população negra no Brasil colonial encontrou limites estruturais diretamente relacionados à condição social da figura das mulheres negras. Se, de um lado, essa limitação expressava-se na menor proporção feminina entre as pessoas escravizadas, uma vez que o tráfico atlântico privilegiava a importação de homens, considerados mais úteis aos interesses produtivos centrais da colonização, diferentemente do que ocorreu em outras experiências escravistas, como a norte-americana, não se consolidou no Brasil um sistema voltado à reprodução sistemática da mão de obra

escravizada, o que contribuiu para o desprezo econômico e social dirigido às mulheres negras (Prado Jr., 2011, p. 104).

De outro lado, fica claro que à mulher escravizada foi socialmente atribuída uma função adicional, marcada por extrema violência: a de objeto de satisfação sexual dos senhores. Essa dimensão da escravidão, longe de assumir qualquer caráter relacional ou afetivo, manteve-se em um plano elementar e brutal, desprovido de ilações emocionais ou da perspectiva de liberdade que caracterizam o amor enquanto relação humana e o desejo como possibilidade autônoma de sentir das mulheres. O corpo da mulher negra foi reduzido a instrumento de uso, esvaziado de subjetividade e integrado de forma funcional à lógica da dominação, o que revela a centralidade da violência sexual como elemento constitutivo da reprodução social escravista (Prado Jr., 2011, p. 580).

Na contracorrente dessa realidade:

A mulher branca da casa-grande desempenhava, via de regra, importante papel no comando e supervisão das atividades que se desenvolviam no lar. É preciso não esquecer que aquelas atividades não diziam respeito meramente aos serviços, que, hoje, são designados domésticos. A senhora não dirigia apenas o trabalho da escravidão na cozinha, mas também na fiação, na tecelagem, na costura; supervisionava a confecção de rendas, e o bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos, providenciava tudo para o brilho das atividades comemorativas, que reuniam toda a parentela. «Tudo isto, que constituía o domínio próprio, o universo social e cultural da mulher, dificilmente permitiria às mães a indolência e a passividade atribuída a elas (Saffioti, 2013).

Percebe-se que a diferença racial produziu, na história da formação brasileira, uma diferenciação quanto à finalidade atribuída às existências femininas, ambas limitadas pelas expectativas masculinas sobre seus corpos e pelo uso que deles se fazia conforme os interesses do patriarcado. Ao mesmo tempo, essas mulheres eram hierarquizadas entre si, o que implicava diretamente a forma como a classe social ressoava diante do grau de valor atribuído a esses corpos no interior do capitalismo em formação. Assim, raça, gênero e classe não apenas se sobrepunham, mas operavam conjuntamente na definição das possibilidades de existência e reconhecimento social.

Paradoxalmente, observa-se que, em determinados âmbitos da vida social, a escravidão produziu efeitos duradouros associados ao papel das mulheres negras, especialmente a

partir da figura da ama de leite, responsável pelo cuidado cotidiano das crianças brancas. Essa presença feminina no espaço doméstico contribuiu para a constituição de uma forjada ideia de uma atmosfera marcada pela ternura e pelo afeto, elemento que teria desempenhado papel relevante na formação de traços culturais vinculados à sensibilidade e ao sentimentalismo da sociedade brasileira (instrumento hoje utilizado na política pelo neoliberalismo como propaganda de suas bases, na necessidade de recuperar essa atmosfera nos debates da feminilidade). Tal constatação evidencia a contradição profunda que atravessa o lugar social da mulher negra e, simultaneamente, o da mulher branca, ambas submetidas a distintas formas de exploração, mas centrais na sustentação afetiva e cotidiana da reprodução social (Prado Jr., 2011, p. 367).

É advindo desse olhar que se inserem as contribuições pioneiras de Heleieth Saffioti, cuja obra estabeleceu uma articulação fundamental entre marxismo e feminismo no Brasil ao analisar o patriarcado no interior da estrutura de classes. Atuando em um campo ainda pouco explorado no país, a própria autora reconhece que, no início dos anos 1960, possuía contato limitado com Marx e o marxismo, tendo de empreender um esforço teórico significativo para se apropriar desse referencial (Cisne, 2016).

Sua tese de livre-docência, *"A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade"*, defendida em 1969, tornou-se uma das primeiras sistematizações do marxismo feminista no Brasil, oferecendo contribuições decisivas para a compreensão de como a opressão das mulheres é produzida e reproduzida pelo capitalismo em articulação com as relações de classe.

Nos estudos das mulheres, é salutar destacar a centralidade dos estudos das feministas marxistas, pois foram esses debates que trouxeram à tona a urgência de delinear os marcadores sociais da diferença. Nota-se que, mesmo que o movimento feminista nem sempre tenha sido aliado às causas das mulheres com deficiência, não se pode ignorar o fato de que:

Foram as teóricas feministas que, pela primeira vez, mencionaram a importância do cuidado, falaram sobre a experiência do corpo doente, exigiram uma discussão sobre a dor e trouxeram os gravemente deficientes para o centro das discussões – aqueles que jamais serão independentes, produtivos ou capacitados à vida social, não importando quais ajustes arquitetônicos ou de transporte sejam feitos. Foram as feministas que introduziram a questão das crianças deficientes, das restrições intelectuais e, o mais revolucionário e estrategicamente esquecido pelos teóricos do modelo social, o

papel das cuidadoras dos deficientes. Foi o feminismo quem levantou a bandeira da subjetividade na experiência do corpo lesado, o significado da transcendência do corpo para a experiência da dor [grifo meu], forçando uma discussão não apenas sobre a deficiência, mas sobre o que significa viver em um corpo doente ou lesado (Diniz, 2007, p. 03-04).

Afirma-se que as mulheres, partindo de todas essas heranças sócio-históricas, são socializadas desde pequenas em uma ordem patriarcal de gênero que atribui valores positivos aos homens e, em grande medida, negativos às mulheres. É reduzida a parcela que não incorpora as ideologias dominantes de gênero, sendo poucas aquelas que questionam sua posição social inferiorizada.

Nesse prisma, não é desprezível o número de mulheres que reproduzem concepções machistas. O denominado sexismo, contudo, não se limita a uma ideologia, mas expressa também uma estrutura de poder profundamente desigual, organizada de modo a desfavorecer as mulheres. Diante disso, coloca-se a questão sobre se o machismo beneficia invariavelmente os homens. Ainda que opere como um sistema de privilégios, o sexismo produz prejuízos não apenas às mulheres, mas também aos próprios homens e às relações sociais que se estabelecem entre eles (Saffioti, 2015, p. 37).

Faz-se necessário retornar à conceitualização de que gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres; muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. Gênero nada mais é do que a forma como a imagem do que é ser mulher e do que é ser homem, dentro das sociedades capitalistas, é construída, bem como as expectativas que se projetam sobre seus corpos, partindo das raízes do que se tem como imanente, isto é, dos discursos de poder masculino e de inferioridade feminina, da dinamização da existência de um para a manutenção do status quo do outro (Saffioti, 1987, p. 55; Saffioti, 2015, p. 47-48).

Por conseguinte, a própria ideia de política é atravessada por uma lógica de gênero, uma vez que sua legitimidade histórica se constrói a partir da exclusão feminina de seus mecanismos de funcionamento. O gênero opera, assim, como categoria estruturante da concepção, legitimação e crítica do poder político, não se restringindo à simples oposição entre homens e mulheres, mas produzindo ativamente essa distinção como fundamento da autoridade pública. Para garantir a estabilidade dessa estrutura, tais hierarquias são apresentadas como naturais, fixas e exteriores à ação humana, integrando uma suposta ordem natural ou divina.

À vista disso, a oposição binária de gênero e as relações sociais dela derivadas passam a compor o próprio significado do poder, de modo que qualquer questionamento a essa lógica se converte em ameaça ao sistema como um todo (Scott, 1995, p. 92). Essa naturalização da exclusão feminina sustenta a divisão sexual do trabalho e contribui para a invisibilização do trabalho reprodutivo, indispensável à reprodução do capitalismo e à manutenção das desigualdades de classe, raça, gênero e deficiência.

Em diálogo com o que foi exposto, no campo dos estudos da deficiência, diversas autoras têm problematizado o poder dos paradigmas que sustentam a construção da corponormatividade e a pressão exercida sobre as mulheres com deficiência. Dentre esses paradigmas, destaca-se o lugar ocupado pela medicina na definição da deficiência, processo compreendido como medicalização, na medida em que desloca para o indivíduo a responsabilidade pela superação de limitações que são, em grande parte, produzidas socialmente, ao mesmo tempo em que desconsidera as barreiras impostas por um sistema político e econômico orientado pela lógica da produtividade capitalista (Diniz, 2009).

Com a passagem do enfoque médico para o enfoque social, a deficiência deixa de ser associada, de forma automática, a noções como “incapacidade” e “limitação”, sentidos frequentemente vinculados às ideias de falta, perda ou déficit. Nesse movimento, os movimentos sociais da deficiência no Brasil passam a adotar, de modo afirmativo, os termos “deficiência” e “pessoa com deficiência”, compreendendo-os não como expressão de um problema individual, mas como um atributo que distingue esse grupo social dos outros, reivindicando a deficiência como marca identitária e política, e não como sinônimo de incapacidade (Mello, 2021). Fato é que:

O capacitismo se expressa em ações, atitudes e concepções sobre os corpos e sobre deficiência tanto de maneira explícita, como implícita. Pode mos dizer, então, que o capacitismo está fundamentado numa ideia de hierarquia dos corpos com mais ou menos capacidades, na qual corpos sem deficiência valem mais do que corpos com deficiência. Essa hierarquização está relacionada ao corpo ideal, com base numa corponormatividade vigente que oprime e exclui todos os corpos que não se enquadram aos padrões estabelecidos. Na realidade, o corpo ideal é uma ilusão apenas para o capitalismo ditar quem produz mais, quem é mais capaz (Luiz, 2020, p. 24).

Comumente, o discurso da superação configura-se como uma expressão de capacitismo ao atribuir valor moral e mérito individual às pessoas com deficiência pela realização de

atividades corriqueiras. Tal narrativa está diretamente vinculada à lógica meritocrática própria do capitalismo, que desconsidera as condições sociais concretas nas quais os sujeitos estão inseridos (Luiz, 2020, p. 25).

Ao classificar pessoas com deficiência como exemplos de superação, desloca-se para o indivíduo a responsabilidade por enfrentar obstáculos que, em grande medida, são produzidos por uma estrutura social excludente. Essa operação ideológica reforça a falsa ideia de que conquistas e, sobretudo, limitações decorrem exclusivamente do esforço pessoal, obscurecendo o papel das barreiras sociais, políticas e econômicas que condicionam as possibilidades de existência e participação social (Luiz, 2020, p. 25).

A crítica a esse tipo de narrativa exige uma compreensão teórica segundo a qual os conceitos não são categorias estáticas, mas expressões do movimento contraditório do real. A teoria social marxiana parte do pressuposto de que os conceitos devem apreender esse movimento e, por isso, possuem caráter histórico e dinâmico. Eles não se configuram como esquemas rígidos nem como construções intelectuais isoladas, mas como realidades vivas, inseridas em um processo contínuo de transições, rupturas e saltos qualitativos.

Nesse movimento, conceitos particulares tendem a se converter na negação de suas formulações iniciais para, por meio da negação da negação, recompor-se em níveis superiores de unidade (Lukács, 2005, p. 42). Assim, compreender o capacitismo implica situá-lo historicamente como uma forma socialmente produzida de opressão, indissociável das dinâmicas do capitalismo.

Outrossim, é nesse horizonte crítico que as mulheres com deficiência passam a se constituir como sujeitas políticas, ao desenvolverem uma análise sobre capacidade, poder e privilégio, bem como sobre os vínculos de pertencimento e solidariedade entre mulheres. Nesse escopo, existe uma distinção entre as pessoas descritivamente com deficiência e as pessoas politicamente com deficiência.

No primeiro caso, encontram-se aquelas que vivenciam cotidianamente a deficiência, utilizam cadeira de rodas, convivem com dores crônicas, fazem uso de órteses, são alvo de olhares constantes, enfrentam institucionalização, isolamento e restrições de acesso a informações, mas que não necessariamente refletem sobre o capacitismo ou a discriminação estrutural, nem se reconhecem politicamente como pessoas com deficiência. Já a condição de ser politicamente com deficiência pressupõe a elaboração crítica dessa experiência vivida, compreendendo a deficiência como

uma identidade e uma experiência política construída a partir das condições concretas de existência, tendo consciência da realidade que amalgama a experiência concreta (Mingus, 2011; Gesser; Costa; Luiz, 2024).

Assim, ao assumir a tarefa de observar as mulheres com deficiência no interior da formação social capitalista brasileira, à luz do marxismo feminista, essa formulação adquire maior densidade analítica. Essa formação social abriga contradições profundas que tendem a restringir o campo da política, deslocando questões centrais da vida social para a lógica dos mercados e subordinando instituições estatais aos interesses do capital. Como consequência, as aspirações democráticas são frustradas, os direitos são esvaziados e os poderes públicos, enfraquecidos.

Por fim, acrescenta-se a isso uma contradição estrutural da reprodução social, marcada pela apropriação contínua, pelo capitalismo, do trabalho reprodutivo não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres, sem qualquer compromisso com sua sustentação. Esse processo produz crises recorrentes do cuidado, que levam as mulheres à exaustão, fragilizam as relações familiares e tensionam as energias sociais. Nesse contexto, a politização da deficiência, conforme proposta por Mingus, revela-se central não apenas para compreender as múltiplas opressões que atravessam as vivências das mulheres com deficiência, mas também para situá-las como sujeitos fundamentais das lutas por emancipação coletiva (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Perscrutando a Teoria da Reprodução Social (TRS): mulheres com deficiência como sujeitas de apagamento no capitalismo brasileiro

Um dos debates mais recorrentes no interior do feminismo voltado à emancipação das mulheres esteve centrado na oposição entre o dualismo, ou teoria dos sistemas duplos, e propostas alternativas de análise dessas leituras. No início da década de 1980, ao menos entre as feministas marxistas, consolidou-se a defesa da superação desse modelo, expressa na busca por uma teoria denominada “unitária”.

Em termos analíticos, essa inflexão significou abandonar a compreensão da reprodução social como composta por esferas separadas, como a “produção de mercadorias” e a “reprodução da força de trabalho”, para formular uma abordagem capaz de apreender produção e reprodução como momentos articulados de uma mesma totalidade social, na

qual uma não pode ser excluída da outra (Bhattacharya, 2023, p. 17).

Sob essa perspectiva, nasce, assim, a Teoria Unitária da Reprodução Social, que busca compreender como o capitalismo se estrutura não apenas em sua esfera produtiva, mas também nas atividades essenciais à manutenção da força de trabalho, como comer, beber e procriar. Na mesma linha, Marx (2004) ilustra que essas funções, embora genuinamente humanas, são abstraídas no capitalismo e reduzidas a meras necessidades biológicas, aproximando-se das funções animais.

Outrossim, a relação entre trabalho e salário estende seus efeitos sobre os espaços da vida cotidiana não remunerada, subordinando o tempo da reprodução às exigências da produção. Entretanto, essa subordinação não se dá de maneira absoluta, pois o próprio sistema, ao limitar as possibilidades da reprodução social, simultaneamente precisa renunciar ao controle total sobre ela (Bhattacharya, 2023, p. 120).

Com esses arranjos analíticos, Arruzza e Bhattacharya (2020) esmiúçam a centelha da abordagem crítica no interior do marxismo feminista. As autoras sustentam que o capitalismo não se mantém exclusivamente pela exploração do trabalho assalariado, mas depende, de maneira estrutural, do trabalho reprodutivo não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres, responsável pela sustentação cotidiana da vida e pela reposição da força de trabalho.

Ademais, ao se ater às entrelinhas dessa crítica, Bhattacharya (2023, p. 121-122) reforça tal compreensão ao afirmar que “(...) qual é esse segredo que o capital conseguiu esconder de nós? Que sua força animadora é o trabalho humano”. Ao recuperar Marx, a autora destaca que, ao recolocarmos o trabalho como fonte de valor no capitalismo e como expressão da própria vida social da humanidade, reconhecemos que o processo econômico tem como principal componente os “seres humanos vivos capazes de seguir ordens, assim como desprezá-las”.

Nesse caminho, o impulso estruturante do capitalismo sobre o tempo da reprodução não se configura como uma relação direta e determinista. Marx reconhece a brutalidade das relações sociais capitalistas, mas deixa aspectos centrais da reprodução social subteorizados, lacuna que o marxismo feminista busca enfrentar.

É nesse ponto que a reflexão de Ollman (1977) contribui para aprofundar o debate. Segundo o qual, as atividades básicas do ser humano, embora degradadas e instrumentalizadas pelo capital, ainda preservam ao trabalhador um senso de escolha e agência maior do que aquele experimentado no trabalho

produtivo, no qual o sujeito é inteiramente subsumido à lógica do lucro.

Atos como comer e beber, por exemplo, constituem espaços em que ainda se manifesta um resquício de autonomia, ainda que profundamente condicionados pelas relações sociais capitalistas. É justamente essa tensão entre controle e resistência que, nos termos de Fraser (2024), revela as contradições internas do capitalismo contemporâneo, que, ao mesmo tempo em que captura a vida, depende dela para continuar existindo:

A economia capitalista depende — pode-se dizer, vive à custa — de atividades de provimento, cuidado e interação que produzem e mantêm vínculos sociais, embora não atribua a elas valor monetizado e as trate como se fossem gratuitas. Chamada por diversos nomes, como “cuidado”, “trabalho afetivo” ou “subjetivação”, essa atividade forma os sujeitos humanos do capitalismo sustentando-os como seres naturais encarnados e, ao mesmo tempo, constituindo-os como seres sociais, formando o *habitus* e o *ethos* cultural no qual se movimentam. O trabalho de dar à luz e socializar a juventude é central para esse processo, assim como cuidar das pessoas idosas, manter as casas, construir comunidades e sustentar sentidos compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que sustentam a cooperação social (Fraser, 2024, p. 74).

Consequentemente, a análise marxista permite compreender essa unidade contraditória ao enxergar o todo na parte, integrando as relações particulares à totalidade do sistema capitalista. Assim, a Teoria da Reprodução Social deve ser direcionada ao elo entre o corpo físico e as relações sociais do capital, explorando até que ponto o social implica o físico e vice-versa (Cisne, 2016). Isso possibilita aprofundar a compreensão sobre os limites e as possibilidades da reprodução no interior do capitalismo, evidenciando os espaços de resistência e contestação presentes na vida cotidiana. Sem esquecer as raízes que acompanham a história das mulheres, destaca-se a seguinte passagem fundamental:

A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação. Essa posição humilhante da mulher, que aflora principalmente entre os gregos do período heroico e, mais ainda, do período clássico, foi gradativamente floreada e dissimulada e, em parte, revestida de formas atenuadas; mas de modo algum foi eliminada (Engels, 2019, p. 75, grifos nossos).

Observa-se, assim, um quadro de contrastes, pois, antes do controle patriarcal, existiram formas de sociabilidade nas quais as mulheres atuavam firmemente e com destaque em áreas decisivas; porém, com a consolidação descrita por Engels (2019, p. 75), as mulheres passaram à marginalização nas coxias sociais. De forma que o trabalho de produção de pessoas, sempre existente, assumiu, nesse contexto histórico, novos contornos para as mulheres.

Entretanto, é importante destacar que as sociedades antigas não conheciam uma divisão nítida entre “produção econômica” e “reprodução social”. Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde passou a ser considerada “econômica” e remunerada com salários em dinheiro. A reprodução foi relegada à família, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como “cuidado” em oposição a “trabalho”, realizada por “amor” em oposição ao dinheiro (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 75).

Dados empíricos recentes evidenciam a persistência da sobrecarga feminina no interior da reprodução social. Pesquisa realizada pelo InfoJobs em 2024, com 742 mulheres entre 18 e 60 anos, revelou que 83% delas acumulam a chamada dupla jornada, conciliando o trabalho remunerado com as tarefas domésticas e o cuidado de crianças ou idosos. Além disso, 45% afirmaram não contar com o apoio de parceiros ou de redes de apoio. Ainda que se observe uma leve redução em relação ao ano anterior, permanece expressivo o número de mulheres que relatam ter perdido oportunidades profissionais em razão do gênero: 70% em 2024, frente a 78% em 2023 (Brasil de Fato, 2024).

Esses dados evidenciam como o modelo de família tradicional segue operando como um dispositivo central de transferência da responsabilidade pela reprodução social para as mulheres, aliviando o capital da necessidade de prover esse suporte. O Estado, por sua vez, cumpre papel complementar ao negligenciar políticas públicas de cuidado, forçando as mulheres a assumirem, de forma gratuita e invisibilizada, funções indispensáveis à sustentação da vida social (Engels, 2019).

Desse modo, a formulação feminista marxista da reprodução social desloca o debate para além da concepção marxiana clássica, que se refere à reprodução da sociedade como um todo, ao enfatizar dimensões específicas dos processos cotidianos de reprodução da vida. Trata-se de explicitar o papel histórico das mulheres nos trabalhos domésticos e de cuidado, sua posição subordinada nas relações familiares e

sexuais e a relação intrínseca entre a opressão das mulheres e a dinâmica do capitalismo (Cisne, 2016; Vogel, 2019).

Marx (2004) não compreende a condição feminina como um problema isolado, mas como expressão das contradições estruturais da sociedade de classes. Ao criticar as instituições burguesas, o autor evidencia seu caráter profundamente farisaico, uma vez que o burguês cria leis que ele próprio transgredir, especialmente no que diz respeito ao casamento, à família e à propriedade (Saffioti, 2013, p. 88).

Essas instituições permanecem intactas não apesar dessas transgressões, mas justamente porque constituem o fundamento da sociedade burguesa, sendo sua violação parte do próprio mecanismo de manutenção da ordem social existente (Engels, 2019). É nesse quadro que se inscrevem as experiências das mulheres com deficiência, marcadas por um duplo nível de vulnerabilidade. Em primeiro lugar, por serem mulheres inseridas em uma formação social capitalista estruturada pela desigualdade de gênero; em segundo lugar, pela construção social da deficiência e pelos estereótipos que atravessam suas trajetórias de vida.

No interior da lógica capitalista, a utilidade dos corpos é medida segundo critérios produtivistas, o que faz com que mulheres com deficiência sejam frequentemente associadas à ideia de não utilidade, na medida em que seus corpos nem sempre correspondem às exigências de desempenho impostas pelo capital, que se torna um verdadeiro canibal na busca pelo lucro desenfreado e pela manutenção de engrenagens nunca saciáveis (Fraser, 2024, p. 35).

Cabe assinalar que a produção social da deficiência é naturalizada pelos saberes dominantes, que organizam seus significados a partir de uma falsa oposição binária entre presença e ausência, expressa na dicotomia capacidade versus deficiência. Embora apresentada como antagonismo, essa relação é, na realidade, interdependente e continuamente reforçada por práticas sociais e discursos que posicionam a deficiência como o negativo da capacidade.

Tal lógica revela-se conceitualmente equivocada, uma vez que o oposto da deficiência não é a eficiência, mas a capacidade, assim como o oposto da eficiência é a ineficiência. Desse modo, não se sustenta o uso da noção de (d)eficiência como tentativa de suavizar ou resignificar, de forma artificial, a valoração historicamente negativa atribuída à categoria deficiência (Mello, 2021).

Todas essas nuances atreladas à TRS são capazes de tornar factível a compreensão de que a posição subordinada das mulheres nas sociedades capitalistas decorre da simultânea

marginalização e centralidade dos processos de reprodução social. Marginalização, na medida em que tais processos são socialmente desvalorizados e situados, em grande parte, fora da produção capitalista direta; e centralidade, porque são absolutamente indispensáveis à reprodução da sociedade capitalista como um todo. Essa contradição se aprofunda no caso das mulheres com deficiência, cujas experiências revelam, de forma ainda mais aguda, os limites estruturais de um sistema que depende da reprodução da vida, mas sistematicamente apaga aquelas que a sustentam (Paolinelli, 2022).

Dentro da atual conjuntura do país, não se pode ignorar o fato de que o Estado muitas vezes ignora a realidade das mulheres com deficiência e as torna vítimas de suas negligências. Basta observar que, mesmo com cotas para o ensino superior e cotas para o mercado de trabalho, o que se tem é uma realidade em que as mulheres não conseguem chegar a seus direitos ou neles se manter, pois não basta fazer com que esses direitos existam escritos em leis; deve-se lutar pela manutenção contínua de ambientes e formas de acolhimento inclusivos e acessíveis. Não basta criar dispositivos que, na prática, não se adequam às subjetividades individuais das pessoas com deficiência.

As mulheres, como supramencionado, vivem a realidade de serem cuidadoras de PcDs ou de serem cuidadas por outras mulheres de seu núcleo familiar ou rede de apoio. O amparo para que possam se tornar “úteis” ao capitalismo começa a falhar antes mesmo de saírem de casa. E não se pode falsear que o maior desejo é que elas consigam chegar às universidades ou ao mercado de trabalho, na medida em que o sonho do capitalista é que as classes subalternas tenham condições de se tornar “operantes” aos seus mandos e desmandos. Mas é imprescindível ter em mente que, no momento em que não conseguem, são alocadas nos níveis mais baixos do apagamento social, abismos tão desiguais que talvez esses sujeitos nunca mais consigam ocupar a sociedade e vivenciar plenamente seus direitos.

Conclui-se que é imperativo ter em mente que, para enfrentar a realidade brasileira, não se podem ocultar as faces infames dos interesses, muito menos se devem desconsiderar os estudos do marxismo feminista nesses debates. O desejo por uma realidade anticapitalista e anticapacitista parte de entender o lugar ainda mais vulnerável que as mulheres ocupam e, nesse mesmo íterim, o lugar ainda pior em que as mulheres com deficiência estão. Uma verdadeira emancipação marxista começa na capacidade de entender a totalidade dos debates e de não enviar discursos moralistas e neoliberais sobre quem são os sujeitos que merecem estar e viver como

sujeitos de direitos. Todas e todos merecem e devem lutar por essa realidade.

Considerações finais

Amalgamando todo o percurso teórico desenvolvido, as ilações extraídas da análise permitem afirmar que o marxismo feminista brasileiro, articulado à Teoria da Reprodução Social, oferece um instrumental analítico consistente para compreender a condição estrutural das mulheres com deficiência no capitalismo brasileiro contemporâneo. A análise realizada ao longo do artigo demonstrou que capitalismo, patriarcado e capacitismo não atuam como sistemas paralelos ou meramente sobrepostos, mas operam de forma integrada e mutuamente constitutiva, produzindo padrões específicos de exclusão, violência e despossessão que incidem de maneira agravada sobre os corpos femininos marcados pela deficiência.

A retomada das contribuições do marxismo feminista no Brasil, especialmente a partir da obra de Heleieth Saffioti, permitiu evidenciar como a formação social brasileira se estruturou historicamente a partir de um nó entre exploração econômica, dominação patriarcal e hierarquias sociais naturalizadas, assim como o recorte racial teve grande destaque nas raízes da realidade herdada. Esse referencial mostrou-se fundamental para compreender que a subordinação das mulheres não é um resíduo cultural ou um desvio do desenvolvimento capitalista, mas um elemento funcional à sua reprodução, sustentado pela divisão sexual do trabalho e pela desvalorização sistemática do trabalho reprodutivo.

A articulação desse legado teórico com a TRS e suas estudosas possibilitou aprofundar a análise ao deslocar o foco exclusivamente produtivista e evidenciar que o capitalismo depende estruturalmente da reprodução cotidiana da vida. Nesse ínterim, o trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente por mulheres, revela-se central para a manutenção da força de trabalho, ainda que seja historicamente invisibilizado, não remunerado e subordinado às exigências da acumulação. Quando atravessado pela deficiência, esse trabalho se torna ainda mais precarizado, seja pela negação de direitos, seja pela imposição de barreiras que restringem a autonomia dessas mulheres e o direito de ocupar até mesmo a sociedade capitalista.

Ao evidenciar como a deficiência intensifica as desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, o artigo demonstrou que

as mulheres com deficiência ocupam uma posição singularmente vulnerabilizada na divisão social e na organização da reprodução social. Seus corpos, frequentemente classificados como improdutivos ou desviantes, são excluídos tanto da esfera produtiva quanto do reconhecimento pleno como sujeitos de direitos, o que aprofunda processos de marginalização e silenciamento. Essa condição não decorre de limitações individuais, mas da lógica corponormativa e capacitista inerente ao modo de produção capitalista.

Resta demonstrado que o caminho para a emancipação das mulheres com deficiência não pode ser pensado fora de uma crítica radical ao capitalismo e às formas específicas que ele assume no Brasil. Se a possibilidade de transformação existe, ela se inaugura na crítica teórica comprometida com a historicidade das opressões e com a construção de alternativas que recolocam a reprodução da vida no centro das lutas sociais.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*, n. 16, p. 37-69, 2020.

BHATTACHARYA, Tithi. *Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

BRASIL DE FATO. Dupla jornada atinge 83% das mulheres; quase metade sem ajuda de parceiros, revela pesquisa. *Brasil de Fato*, 9 mar. 2024.

Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/09/dupla-jornada-atinge-83-das-mulheres-quase-metade-sem-ajuda-de-parceiros-revela-pesquisa>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL DE FATO. *Brasil é o país com mais milionários da América Latina e o mais desigual entre 56 países, diz relatório do banco suíço UBS*. Curitiba (PR), 19 jun. 2025. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2025/06/19/brasil-e-o-pais-com-mais-milionarios-da-america-latina-e-o-mais-desigual-entre-56-paises-diz-relatorio-do-banco-suico-ubs/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-398, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DINIZ, Debora. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica*. Editora Contracorrente, 2020.

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira: notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 413-430, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da violência 2025. Coordenação de Daniel Cerqueira e Samira Bueno. Brasília: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 15 jan. 2026.

LUIZ, Karla Garcia. Deficiência pela perspectiva dos direitos humanos: resgate histórico. In: COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. *Guia "Mulheres com Deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania"*. Organização: Carolini Constantino; Karla Garcia Luiz; Laureane Marília de Lima Costa; Thaís Becker Henriques Silveira; Vitória Bernardes. São Paulo, 2020. p. 18-26. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/02/Guia-Feminista-Helen-Keller.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2025.

LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo. In: LUKÁCS, Georg. *Tática y ética: escritos tempranos*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 2005.

GESSER, Marivete; COSTA, Laureane Marília de Lima; LUIZ, Karla Garcia. O encontro com os estudos feministas da deficiência e a produção de narrativas insurgentes. *Revista Psicologia Política*, v. 24, e24515, 2024. ISSN 2175-1390. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2024000100717. Acesso em: 27 dez. 2025.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, Anahí de. *Corpos (in)capazes*. *Jacobin Brasil*, seção Análise – Saúde, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MINGUS, Mia. *Moving toward the ugly: a politic beyond desirability*. Leaving Evidence – a blog by Mia Mingus, 21 ago. 2011. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/08/22/moving-toward-the-ugly-a-politic-beyond-desirability/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

OLLMAN, Bertell. *Alienation: Marx's conception of man in capitalist society*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

PAOLINELLI, Júlia Sanders. A teoria da reprodução social e a opressão da mulher no capitalismo: entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução da vida. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, n. 25, p. 108-130, 2022.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Editora Companhia das Letras, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução de Thaís Barreto e Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2019.
